

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE: controle em tempos de recrudescimento da Nova Direita

Laís Vieira Pinelli¹

RESUMO

Este trabalho é resultado parcial de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento e tem como objetivo analisar o processo de recrudescimento da Nova Direita na Política Educacional com ênfase nos mecanismos de controle do trabalho docente. Os resultados aqui apresentados são resultado de revisão bibliográfica que sustentou o desenho da pesquisa e estruturação das hipóteses. Assume-se que com o recrudescimento da Nova Direita no Brasil os mecanismos de controle do trabalho docente alcançam estratégias diversas destacando entre elas a negação da especificidade profissional do professor, assédio moral e institucional afim de criar um contexto de adoecimento.

Palavras-chave: Nova Direita. Trabalho Docente. Política Educacional.

ABSTRACT

This work is a partial result of a doctoral research in development and aims to analyze the process of resurgence of the New Right in Educational Policy with an emphasis on mechanisms of control of teaching work. The results presented here are the result of a bibliographic review that supported the research design and structuring of hypotheses. It is assumed that with the resurgence of the New Right in Brazil, the control mechanisms of teaching work achieve different strategies, highlighting among them the denial of the teacher's professional specificity, moral and institutional harassment in order to create a context of illness.

Keywords: New Right. Teaching Work. Educational politics.

¹ Universidade de Brasília. Assistente Social, Mestre e Doutoranda em Política Social. E-mail: pinelli.lais@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é examinar os mecanismos de controle do trabalho dos professores no contexto da crescente influência da Nova Direita na política educacional do Brasil. Entendemos que a Nova Direita é uma ideologia que combina características tanto do Neoconservadorismo - que valoriza a tradição, rejeita a diversidade e a possibilidade de mudanças radicais - quanto do Neoliberalismo - que introduz a lógica do indivíduo e do mercado em todos os setores da sociedade. Essa ideologia, entre outros aspectos, nega o caráter democrático da educação, ao naturalizar as desigualdades sociais e negar a diversidade e a criticidade nas escolas. Para alcançar este objetivo considerou-se primordial realizar aproximações sobre a história das políticas educacionais brasileiras e sua relação com Estado, para assim localizar no tempo e no espaço o processo de profissionalização do trabalhador docente afim de averiguar como essas formas de controle tem afetado historicamente a profissão. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, sustentado no método materialista-histórico-dialético. Partiu-se da premissa que a profissão surgiu em um contexto de massificação da educação básica, onde o sentido da escola e da educação estava intimamente vinculada a política desenvolvimentista, sustentada na divisão sócio técnica do trabalho e de adequação da força de trabalho para os interesses econômicos e de manutenção de uma determinada hegemonia. Tratando-se de um trabalho ainda em desenvolvimento buscou-se preencher algumas lacunas teóricas afim de responder se nos dias atuais existiria uma nova forma de controle do trabalho docente, afetando não apenas a prática em sala de aula, mas provocando novos sentidos à escola e aos trabalhadores da educação.

2 ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Neste trabalho compreendemos a política educacional como política social e como tal, reflexo das contradições inerentes ao modelo de sociabilidade capitalista,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estando sujeita a formação do Estado brasileiro e as reivindicações da sociedade civil. Buscou-se com base em Saviani (2016) e Shiroma (2007) contextualizar o desenvolvimento das políticas educacionais brasileiras, intimamente relacionadas com as políticas econômicas, desenvolvimentistas e neoliberais em contexto de Estado de caráter autocrático burguês. Ainda para analisar o contexto mais recente da política educacional, e partindo do pressuposto de que há um continuísmo que marca a história do país, analisamos os governos “Lula-Dilma” (2003-2016) tendo como referências Gentili e Oliveira (2010), e Katz (2016), focando na relação entre o acesso à educação das camadas mais pobres e a política econômica neodesenvolvimentista, que, apesar de apresentar novos contornos em comparação ao neoliberalismo dos anos 1990 no Brasil, perpetua os interesses do Estado de caráter autocrático burguês.

Apesar da existência de um longo debate sobre a construção de uma educação nacional e sua instrumentalidade para o desenvolvimento do país desde a Primeira República (1889-1930) (SAVIANI, 2016), é apenas no período do Estado Novo (1930-1945) que teremos uma iniciativa governamental estruturada e centralizada no campo da educação, muito articulado com a política desenvolvimentista e a construção de trabalhadores aptos para o desenvolvimento do país. (SHIROMA, 2007) É nesse período que teremos menção pela primeira vez de preceitos educacionais na Constituição de 1934, fruto de mobilizações de grupos intelectuais que reivindicavam um sistema educacional organizado e de responsabilidade do Estado. Ao longo do paulatino processo de “massificação” da educação no Brasil, as reformas educacionais estiveram associadas, mesmo com especificidades e “novos” contornos, às políticas econômicas desenvolvimentistas, destacando o caráter utilitarista da educação de preparação para o mundo do trabalho, e se estruturando a partir da divisão sócio técnica do trabalho. Avanços significativos foram alcançados com a Constituição de 1989 e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996, (DEMO, 1997) mesmo que muitas de suas propostas assumissem outros significados em um contexto de penetração do neoliberalismo no Brasil.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



universidades públicas e privadas, seja na educação básica, com a quase universalização do ensino fundamental - mesmo que de má qualidade. Tal proposta governamental está associada a “cartilha” de desenvolvimento dos países periféricos que deveriam diminuir questões que restringiam a liberdade, como a pobreza e o não acesso à educação e capacitação para o trabalho, e desta forma enfrentar as desigualdades com foco nos “discursos das oportunidades”. Sendo assim, de acordo com as orientações de organismos multilaterais, a educação era vista, aliada à políticas de assistência focalizadas, como receita capaz de interromper o “ciclo da pobreza”. (DUARTE e OLIVEIRA, 2005). Esses pontos são aqui destacados pois o período pós-FHC (caracterizado pela onda de privatizações e reforma gerencial do estado) teria sido interrompido por um governo que, aliado a políticas de desenvolvimento econômico com foco em infraestrutura, teria desenvolvido políticas sociais populares. Mesmo que suas diferenças sejam claras, o período que se seguiu, conhecido pelos governos lulista-dilma, não estava em desencontro com a lógica neoliberal – ainda mais considerando a alta capacidade de adequação do neoliberalismo (KATZ, 2016). Apesar dessa perspectiva compreende-se que o governo petista significou grandes avanços das pautas progressistas, além da expansão no ensino fundamental e superior, é importante incluir as políticas de assistência estudantil, as políticas de cotas raciais e sociais, além de incluir na agenda educacional discussões sobre gênero e raça. (GENTILI, OLIVEIRA, 2010)

3. TRABALHO DOCENTE: HISTÓRIA, REGULAÇÃO E CONTROLE

Para compreender as formas de controle do trabalho docente e sua relação com a Nova Direita, é necessário primeiramente compreender historicamente o processo de profissionalização do trabalhador docente ao longo da história do Brasil. A constituição do professor como profissional está intimamente vinculada a transferência de responsabilidade ao Estado pela educação e paulatino processo de massificação do acesso à educação no Brasil. Nessa transferência de responsabilidade o professor deixa de ser agente da igreja e torna-se funcionário do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estado, desta forma "é o enquadramento estatal que institui os professores como um corpo profissional e não uma concepção corporativa do ofício" (NÓVOA, 1991 p.16-17)

A vista disso, a profissionalização do professor está no bojo da massificação da educação a partir da responsabilização do Estado e preparação dos sujeitos em trabalhadores adequados ao mercado de trabalho vinculado um projeto econômico e social desenvolvimentista. Sendo assim, a educação associada a preparação para o mundo do trabalho estimulava um modelo utilitarista e técnico: o valor de uso da educação é substituída por seu valor de troca, ou seja, uma educação que teria como recompensa a possibilidade de mobilidade social e preparação para a vida em moldes conservadores. Essa perspectiva atribuiu contraditoriamente duas funções ao professor: a possibilidade de mobilidade social à classe trabalhadora e adequação dos sujeitos às relações sociais capitalistas. Neste bojo, o trabalho docente destinado a população mais pobre foi marcado por um movimento conservador de controle e adequação dos sujeitos com base na ética do trabalho, na disciplina e docilidade, mas ao mesmo tempo, viabilizando melhores oportunidades de trabalho. (VIEIRA, 2019)

. As reformas educacionais na Ditadura Militar induziram o processo de proletarização do trabalho docente; com o crescimento quantitativo e grande arrochos salariais, os professores historicamente vinculados às classes médias e altas, tem seu perfil diversificado com a entrada da classe popular nos magistérios. A possibilidade de formação de professores por meio de cursos de curta duração, resulta em um rebaixamento da formação acadêmica. Aliado às más condições de trabalho, a proletarização do trabalho docente provoca a organização política do professorado e com o rebaixamento da formação profissional por meio de cursos de curta duração para o magistério, fomenta-se uma crise identitária que perpassa o meio de campo entre proletarização e o exercício intelectual. (FERREIRA, BITTAR, 2006)

A partir dos anos finais da década de 1970 iniciou-se um forte debate sobre a natureza do trabalho docente e questionamentos sobre as potencialidade e desafios da atuação profissional. Atrelado a esses debates está o fortalecimento dos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



sindicatos, que para além de reivindicações salariais e de melhorias na condição de trabalho, demandava uma educação pública, gratuita e de qualidade, reivindicações fortalecidas diante do enfraquecimento da Ditadura Militar e processo de abertura política que induzia esperanças de um modelo democrático de educação. É neste contexto que a visão do professor vinculado ao sacerdócio e vocação foram rompidas e uma nova identidade como trabalhadores assalariados se construía. (FERREIRA, BITTAR, 2006).

As mobilizações sindicais e fortalecimento nacional da categoria conseguiu alcançar alguns avanços expressos na LDBE de 1996, entre elas o estatuto profissional, plano de carreira e capacitação permanente. Entretanto, com o fortalecimento do neoliberalismo nas políticas educacionais, tais avanços foram interrompidos por uma série de reformas estruturais como privatização, corte com os gastos públicos e desvinculação do Estado aos compromissos firmados na CF-1988. (DUARTE e OLIVEIRA, 2005)

A transferência de responsabilidade sob o argumento de viabilizar uma maior eficiência, transparência e participação popular, tinha como um dos seus eixos centrais a descentralização e a autonomia dos sistemas educacionais e dos professores. Para além da dimensão territorial de distribuição de responsabilidade entre os entes federativos, a autonomia e descentralização alterou a dinâmica da escola e sua relação com a comunidade escolar. A autonomia escolar se restringia a capacidade de administrar os problemas e mobilização para captar recursos necessários com auxílio da população e da iniciativa privada (OLIVEIRA, 2005). Em relação ao trabalho docente, com o Estado induzindo os parâmetros de “qualidade” escolar, por meio de avaliação e sob a fetichização dos resultados (SHIROMA; EVANGELISTA, 2011) a suposta autonomia conferida aos professores se assemelha mais a um verniz: para além da superfície, controla e regula-se o trabalho docente via controle curricular e gerencial, mas também pela captura da subjetividade por meio cultura do desempenho (HYPOLITO, 2011). Assim sendo o modelo gerencial de regulação da política educacional tem provocado, tanto a precarização das relações

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de trabalho docente, quanto a intensificação em razão da introdução de novas tecnologias e novas funções que escapam da natureza do trabalho docente. Como será melhor trabalhado no tópico a seguir, observa-se que as reformas educacionais iniciadas ainda nos anos 1990, têm induzido formas mais sutis e complexas de controle do trabalho docente.

3.1 Controle do Trabalho Docente

Entendemos como controle, ações, discursos e mecanismo que exercem algum nível de disciplinamento do trabalhador afim de responder as necessidades de acumulação do capital e reprodução das relações sociais capitalistas (VIEIRA, 2020). De natureza diversas, pode ser exercida fundamentada na tradição, na violência, nas leis, pela cooperação ou cooptação, afetando emocionalmente, fisicamente e espiritualmente o trabalhador (IAMAMOTO, 2003). Compreendemos que os mecanismos de controle do trabalho, também se expressam na esfera educacional, considerando o professor como um trabalhador inserido nas contradições capital e trabalho. Em relação aos mecanismos de controle, Edwards (1994) assume suas modificações como resposta às contradições e tensionamentos historicamente existentes entre capital e trabalho, que evoluem de um controle simples (relação direta entre chefe e contratado), para um controle técnico (ritmo das máquinas) e burocrático (a regulação impessoal). Heleoni (2003) já discutia no início do século XXI, como a organização e gestão do trabalho tem acompanhado não apenas em razão das mudanças tecnológicas e produtivas, mas com a finalidade de gerir conflitos. De acordo com o autor, os mecanismos de controle visam capturar principalmente a subjetividade do trabalhador, seja controlando corpo, a burocracia, a cognição, a intelectualidade, a afetividade e a emoção.

Uma terceira referência importante é a de Casara (2020). O autor, analisando o atual Estado brasileiro como Estado Pós-Democrático, identifica como mecanismo de controle do neoliberalismo, a mescla entre o “psicopoder” (discursos do empreendedorismo e da responsabilização individual que resultam na “auto exploração”) e a “violência judicializada”, mecanismo essencial para controle dos

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



“improdutivos” ao capital. O autor se alinha com a propostas de Laval e Dardot (2016) sobre a internalização de uma “razão neoliberal” nos sujeitos, instituições e Estado, afim de inserir o mercado como “lógica normativa generalizada”.

Partimos então do pressuposto de que as formas de controle podem ser alcançadas tanto por meio da coerção, mas também por meio da construção de consensos, usufruindo de mecanismo emocionais, psicológicos e culturais articulados que definem uma forma de viver, de trabalhar e se relacionar. Entendemos também que ao assumir novos contornos de acordo com o nível de complexidade das relações sociais e os tensionamentos de forças, as formas de controle do trabalho docente têm se caracterizado como uma mescla entre formas mais sofisticadas, ou seja, cooperativas ou “implícitas” com formas mais duras, ou seja, coercitivas e “explícitas”. Se analisarmos historicamente, no início da estatização da educação no Brasil, as formas de controle eram mais diretas: os professores deveriam seguir exatamente o que deveria ser ensinado, como ensinado afim de alcançar determinados resultados a serem supervisionados por inspetores. Com a complexificação, que se dá tanto pela expansão da educação quanto pela organização da categoria, observa-se formas mais sutis de controle do trabalho docente.

Michel Apple (1994) em seu trabalho indica formas indiretas de controle do trabalho docente, como o uso de tecnologias (programas, livros) que deveriam ser essencialmente “científicos”, ou seja, neutros, e nas palavras do autor “a prova de professor”. Cita também o sistema de avaliação massificada como parâmetro de sucesso escolar que tem afetado diretamente na os conteúdos e as formas como eles tem sido ensinado. Oliveira (2012) ainda complementa ao discutir sobre cultura de responsabilização do professor por qualquer situação negativa, que reforça a responsabilização do fracasso escolar por intermédio da figura do professor, questionando suas metodologias e seus saber científico.

Na escola a tradução destas formas de controle passa pela maior supervisão, prescrições didáticas-curriculares detalhadas, livros didáticos, novas tecnologias, ampliação de processos avaliativos, que buscam responsabilizar o professor pelos

PROMOÇÃO



APOIO



índices de repetência e não aprendizagem, e por quase toda situação negativa, expondo claramente ações para disciplinar e controlar a força de trabalho do professor (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012).

Hypolito ao discutir sobre a temática, destaca que penetração do gerencialismo nas políticas educacionais e na escola, resulta em formas mais sutis de controle do trabalho docente sendo efetivado "via vigilância externa, via controle curricular e gerencial" resultando em precarização, más condições de trabalho e intensificação do trabalho docente. Um dos efeitos do gerencialismo que autor destaca é a apropriação da subjetividade: "trata-se de regular um modo de ser, por meio de uma intersecção, por meio de práticas discursivas que vão constituindo um modo de gestar, de ensinar, de estar, de constituir os espaços coletivos" (2011, p.9). O que se observa entretanto, é que com o recrudescimento da Nova Direita, formas de controle mais "diretos" tem se mesclado com essas formas mais sutis.

3.2 Controle do trabalho docente e Nova Direita

No processo de recrudescimento da Nova Direita no Brasil, os ataques aos professores têm mesclado antigas e novas teses: inadequação dos métodos de ensino, má gestão dos recursos público, o caráter "esquerdista" dos cursos de formação, a "ideologização" em sala de aula, a violência diária nas escolas públicas, a "ideologia de gênero". Entre as estratégias para o enfrentamento dessa crise educacional inclui repensar metodologias de ensino, reformular o currículo, militarizar a escola, legalizar a escola domiciliar, banir debates sobre gênero e diversidade e criar mecanismo de controle e disciplinamento sobre "o que" e "como" é ensinado em sala de aula.

Como observado, os ataques aos professores são diversos, mais destaque aqui dois, que parece se alinhar como duas forças dominantes na política educacional brasileira (LAMOSA e COLOMBO, 2021): uma vertente social-liberal que alega a necessidade de profissionalização e adequação do trabalho docente às recentes transformações do mundo do trabalho, e uma vertente neoconservadora, onde os professores estariam mais preocupados em discutir teses sem embasamento

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



científico e/ou de natureza política (assunto sensível que poderia induzir o posicionamento de alunos “cativos”), dando pouca prioridade a temas utilitaristas. Numa primeira análise, entender-se-ia como duas forças dominantes, com princípios ideológicos distintos, mas como projeto de reação e/ou fortalecimento se aliam por objetivos comuns. Assumimos, entretanto, como hipótese que a Nova Direita como ideologia, não se trata especificamente de grupos sociais, indivíduos ou partidos políticos, mas como uma determinada forma de pensar e agir no mundo, que tem se estruturado quase como uma “nova racionalidade” (DARDOT; LAVAL, 2019) e penetrado em “microcosmos sociais”, como a família, as instituições e os indivíduos.

Esses grupos compartilham um projeto neodireitista educacional em comum: haveria uma suposta neutralidade pedagógica, que garantiria a isenção de valores e a objetividade desejada no ato de ensinar e conseqüentemente nega uma pedagogia-crítica. Tal perspectiva está presente tanto em iniciativas como o MESP, a militarização das escolas públicas e a escola domiciliar quanto no pragmatismo pedagógico das competências defendido por setores sociais-liberais.

A compreensão de neutralidade pela nova direita no campo educacional tem grande potencialidade de interferir no trabalho docente. Uma outra forma pelo qual a neutralidade “científica” afeta o trabalho docente é a relevância que determinados conhecimentos deverão se sobrepor. As razões são variadas, desde sua importância para o desenvolvimento econômico da sociedade, até sua legitimidade científica neutra ou supostamente eficiente nos processos de aprendizagem. Tal lógica coloca na berlinda qualquer proposta pedagógica crítica (PENNA, 2016; FRIGOTTO, 2017; OLIVEIRA, 2018)

A distinção entre instruir e educar, comumente reforçado pelo Movimento Escola Sem Partido, e menos explicitamente na Educação Domiciliar, defende que a instrução (conhecimento “cientificamente” neutro) deveria ser a orientação pedagógica do trabalho docente. Como consequência, prevê-se a perda de prestígio profissional, além de não ser necessária capacitação especializada para reproduzir conteúdo “consensualmente” determinados, mastigados em livros ou manuais de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



conteúdo. Como Apple (2004) afirma, trata-se de mecanismo de controle “blindado a professor”.

Observa-se que os pontos até aqui levantados convergem com a cultura de negação da escola e de “ódio” aos professores (FRIGOTTO, 2017). Uma determinada forma de compreender o mundo e a sociedade possivelmente subsidie esse debate: o ceticismo e a negação das instituições. Como trabalhado por Vera Cêpeda (2019), Pereira (2016) e Brown (2019) o ceticismo político tem entre suas consequências a naturalização das desigualdades sociais e sob o disfarce de “cautela” a negação de transformações coletivas considerando a impossibilidade de criação de consensos diante da “diversidade” de pensamentos, desejos e valores dos indivíduos. Alinhada a essa perspectiva, prevê-se uma oposição a racionalidade-idealista como condutor político; as experiências acumuladas e os valores tradicionais (intuitivos) são os únicos condutores possíveis. Tal perspectiva alinha-se com a ideia de que o capitalismo é o único modelo de sociedade possível, além da legitimação do patriarcado, da propriedade privada e do “homem branco cristão”. A descrença de criar respostas coletivas aos problemas sociais, fomenta a deslegitimação e desconfiança das instituições, incluindo a escola e o professor.

O MESP talvez seja o principal grupo que incita a cultura do ódio e ineficiência do sistema educacional brasileiro. Enquanto movimento, por meio principalmente das redes sociais e debates públicos, incitou o “ódio” contra os professores (FRIGOTTO, 2017), reivindicando formas mais duras de controle do trabalho docente. Em seus dois anteprojetos de lei – disponibilizado em seu site e que inspirou centenas de projetos de leis pelo Brasil – entre outras ações, propunha penalidades à professores que se aproveitassem da escuta cativa de alunos para impor suas ideologias. Posteriormente, após críticas ao projeto, propôs o uso de câmeras em sala de aula sob alegação dos direitos dos pais em ter uma forma de “controle da qualidade” da educação de seus filhos. Tais propostas explicitam tentativas exercer controle do trabalho docente de forma mais contundente, explícita e violenta, visando construção

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de mecanismos para a criminalização do professor que não correspondessem ou fosse em desencontros com os valores e princípios das famílias.

Entretanto, a proposta do MESP foi fragilizada quando o projeto de lei foi considerado inconstitucional em respeito aos preceitos da liberdade de ensinar e aprender. O que não impossibilitou o controle do trabalho docente por outras vias. Como expressão de uma ideologia, o MESP penetra a escola, independente das vias “regulatórias”. A incitação do ódio contra professores se dá também pela formação de opinião, e especialmente no contexto das redes sociais, estimula formas de assédio moral e ameaças. O que se observa é o controle do trabalho docente pela via da insegurança. Desta forma, não são necessárias muitas mediações para evidenciar os efeitos do MESP no trabalho docente, por exemplo, em 2019 o Ministério Público criou um canal de comunicação direto para denuncia de professores que sofreram algum tipo de assédio. A pesquisa de Gonçalves (2020) desenvolvida com professores do Ceará demonstra em seus relatos a precaução de professores em tratar de determinados assuntos em sala de aula. Entretanto, é importante compreender que há outras formas de controle do trabalho docente mais sutis.

4 CONCLUSÃO

A partir do que foi levantado é possível identificar que as recentes transformações nas formas de controle do trabalho docente têm mesclado formas cooperativas com formas mais coercitivas, acompanhando um movimento de “renaturalizar” outras formas mais “radicais” de regular a educação brasileira e controlar o professor. Como resultado de um processo de recrudescimento da Nova Direita na política educacional brasileira., além do controle pela subjetividade e “autonomia regulada” observa-se um movimento de ataque a autonomia intelectual e questionamento da legitimidade do saber sustentada em uma ideologia de criminalização do professor e da escola.

REFERÊNCIAS

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

APPLE, Michael. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: **Artes Médicas**, 1995.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019

CASARA, Rubens. **Estado Pós-democrático**: Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017

CEPÊDA, Vera.. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**. v. 23, 2018.

COLOMBO, Luiza Rabelo ; LAMOSA, R. A. C. . A ofensiva ultraconservadora: uma análise da formação e atuação da frente de direita na educação brasileira. **REVISTA HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES** , v. Ano 14, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. Campinas, SP: **Papirus**, 1997.

ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.4

FERREIRA JR., Amarílio e BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. In: Revista **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 97 set./dez. 2006.

FRIGOTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila. A procura da igualdade: dez anos de políticas educacionais no Brasil. In SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/10_ANOS_GVERNOS.pdf

HELOANI, Roberto. **Gestão e organização do capitalismo globalizado**. São Paulo: Atlas, 2003.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

HYPOLITO, Álvaro Moreira. BNCC, AGENDA GLOBAL E FORMAÇÃO DOCENTE. *RETRATOS DA ESCOLA*, v. 13, 2019.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. *Educação* (Rio Claro. Online), v. 21, 2011

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA, Vera Lúcia. **Uma perspectiva histórico-sociológica da reforma educacional na América Latina: Argentina, Brasil, Chile e México nos anos 1990**. Brasília: Liber Livro, 2012.

MELO, Adriana A. Sales. **A mundialização da educação**. Consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió: Edufal, 2004.

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NÓVOA, Antônio (org.). Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. In: **Revista Teoria e Educação** "Dossiê: interpretando o trabalho docente", Porto Alegre, n.4, 1991

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PENNA, Fernando. Programa "Escola Sem Partido": Uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2016

SHIROMA, Evangelista.; MORAES, Maria Célia Marcondes de ; EVANGELISTA, Olinda . **Política Educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. v. 1. 128p .

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 3, jul./set. 2013

YANNOULAS, Silvia; AFONSO, Sophia; PINELLI, Lais. Propuestas político neoconservadorapedagógicas s: falacias de la "ideología de género" y del movimiento "escuela sin partido". **Debate Público**: Reflexión de Trabajo Social, ano 11, n. 21, jul. 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

